



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**  
MODALIDADE A DISTÂNCIA



---

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

---

## **A IMPORTÂNCIA DO TELECENTRO PARA INCLUSÃO DIGITAL DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA-PB**

**MURILLO ALVARENGA DUARTE**

Pós-graduando *lato sensu* em Gestão Pública Municipal - UFPB

**MARTA MARIA GOMES VAN DER LINDEN**

Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal  
UAB/PNAP/UFPBVirtual

## **RESUMO**

O mundo em que vivemos está sendo conquistado por ações tecnológicas, principalmente no âmbito da educação. A inclusão digital é uma necessidade gritante não só para a classe estudantil, mas para a sociedade como um todo, é uma forma de aprendizagem onde o indivíduo passa a interagir no mundo das mídias digitais. Nesse sentido, decidimos investigar a educação digital no Telecentro de Boa Ventura - Paraíba, como ferramenta de inclusão para a comunidade escolar e para os diversos grupos sociais que frequentam este espaço, além de avaliar a eficácia dos Telecentros, mostrando a prática educativa realizada nesses espaços de inclusão digital e propondo ações que visem à continuidade de uma política de inclusão digital num município tão pequeno. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa de campo com 8 (oito) alunos de escolas municipais que frequentam o Telecentro, 1 (um) coordenador do Telecentro e ainda com 5 (cinco) membros da comunidade que frequentam o Telecentro, e 5 (cinco) membros da comunidade que não frequentam o Telecentro, tendo submetidos os mesmos a responder questionários. O estudo revelou que o Telecentro proporcionou à população boaventureense a aquisição de um maior conhecimento no que se refere às novas tecnologias da informação, provocando alguma mudança no desempenho escolar dos alunos e melhorando um pouco mais as condições de vida do público de baixa renda que participam deste programa, por isso, faz-se necessário, mais investimentos por parte do poder público em iniciativas que promovam a inclusão digital da população, uma vez que a mesma pode retirar da exclusão grande parcela da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Digital. Telecentro. Políticas Públicas.

## **ABSTRACT**

The world where we live is being conquered for technological actions, mainly in the scope of the education. The digital inclusion is a clamorous necessity not only for the student classroom, but for the society as a whole, is a learning form where the individual starts to interact in the world of the digital medias. It is in this direction, that we intend to investigate the digital education in the Telecentro de Boa Happiness - Paraiba, as tool of inclusion for the pertaining to school community and the diverse social groups that they frequent this space, beyond evaluating the effectiveness of the Telecentros, showing practical the educative one carried through in these spaces of digital inclusion and considering action that they aim at to the continuity of one politics of digital inclusion in a so small city. For in such a way, a research of field with 8 (eight) pupils of municipal schools that frequent the Telecentro, 1 (one) coordinating one of the Telecentro and still with 5 (five) members of the community that frequent the Telecentro, and 5 (five) members of the community was developed that do not frequent the Telecentro, having submitted the same ones to answer questionnaires. The study it disclosed that the Telecentro provided to the boaventurensense population the acquisition of a bigger knowledge as for the new technologies of the information, provoking some change in the pertaining to school performance of the pupils and improving a little more the conditions of life of the low income public that participate of this program, therefore, become necessary, more investments on the part of the public power in initiatives that they promote the inclusion digital of the population, a time that the same one can remove of the exclusion great parcel of the society.

**KEY-WORD:** Digital education. Telecentro. Public politics.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	05
<b>1.2 OBJETIVOS</b> .....	08
1.2.1 Objetivo Geral.....	08
1.2.2 Objetivos Específicos .....	08
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	09
<b>2.1 Acesso a sociedade de informação: a dialética da inclusão social à inclusão digital</b> .....	09
<b>2.2 Política social e política pública de inclusão digital no Brasil</b> .....	10
<b>2.3 A inclusão digital na escola e na sociedade</b> .....	13
<b>2.4 A inclusão digital na escola pública no município de Boa Ventura</b> .....	15
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	17
<b>4. RESULTADOS</b> .....	18
<b>5. CONCLUSÕES</b> .....	21
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	22
<b>ANEXO</b>	

## 1. INTRODUÇÃO

Hoje a inclusão digital é um quesito *sinequanon* nas políticas públicas e também nos programas escolares, pois se postula que utilizar as tecnologias contribui para uma melhor preparação do aluno, proporcionando não apenas sua inserção no mundo digital, como também lhes oferecendo possibilidades de aprendizagem, apoiadas em ferramentas de suporte à execução de suas atividades pedagógicas. De tal modo, que nota-se a condução de diversos segmentos sociais, políticos, econômicos, educativos, culturais e, sobretudo pessoais, para o mundo virtual.

Aliada a esta capacidade, a dinâmica que as infovias estabelecem nas trocas de informação e nas possibilidades de criação de novos saberes tem impacto nos processos de informação, de comunicação e na própria educação da sociedade.

Entre as políticas de inclusão digital, encontram-se amplamente difundidos em vários municípios brasileiros os Telecentros, que são espaços físicos nos quais estão alocados computadores conectados à internet, para uso da comunidade especialmente a escolar, de maneira geral, em caráter gratuito.

Os Telecentros fazem parte da política de inclusão digital do Governo Federal e, de acordo com informações publicadas no site<sup>1</sup> do Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades, o objetivo principal é o “apoio à implantação de novos espaços públicos e comunitários de inclusão digital e o fortalecimento dos que já estão em funcionamento em todo o território”. Ainda de acordo com o site o programa disponibiliza as comunidades além dos equipamentos de informática e um serviço de internet em banda larga, o mobiliário necessário ao funcionamento dos telecentros, inclusive a formação e pagamento de bolsas aos monitores que atuam nestes espaços.

Dados do Observatório Nacional de Inclusão Digital<sup>2</sup> (ONID) revelam que em todo o Brasil já se contabiliza quase 8.000(oito mil) telecentros. Estes espaços não são todos financiados exclusivamente pelo Governo Federal, mas em parcerias com outras instituições a exemplo da GESAC – Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão, do Ministério das Comunicações, ProInfo - Programa Nacional de Tecnologia Educacional, do Ministério da Educação e Programa Mais Cultura, do Ministério da Cultura, tendo em vista que o

---

<sup>1</sup> Mais informações disponíveis no site: <http://www.inclusaodigital.gov.br/telecentros>

<sup>2</sup> Informações disponíveis no site: <http://www.onid.org.br/portal/>

Programa “consiste em desenvolver ações conjuntas entre órgãos do Governo Federal, estados, Distrito Federal, municípios e sociedade civil que possibilitem a oferta, implantação e manutenção, em larga escala, de telecentros”<sup>3</sup>. Contudo, estudos mostram que significativa parcela da população brasileira, sobretudo, analfabetos e idosos, ainda está à margem da inclusão digital.

Na Região Nordeste, segundo o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), está concentrado 35% dos Pontos de inclusão digital instalados pelo país. Deste percentual quase 700 unidades funcionam no estado da Paraíba. Um dos municípios beneficiados pelo programa é Boa Ventura.

O município de Boa Ventura está localizado na microrregião de Itaporanga, dispõe de uma área territorial de 170, 579 Km<sup>2</sup> e possui atualmente uma população estimada em 5.751 habitantes, de acordo com dados do Censo de 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>4</sup> (IBGE).

As formas de gestão desses espaços são bastante diversificadas, mas podem apresentar como aspecto comum a indicação da necessidade de promover uma educação transformadora, orientada para o desenvolvimento da cidadania, vez que o desenvolvimento da cidadania através de um processo tecnológico, principalmente, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação estão modificando as relações sociais, para tanto, é de fundamental importância a existência de políticas e ações diversas que promovam o resgate dos excluídos digitais, possibilitando-lhes participar de forma efetiva desta nova sociedade em formação, denominada a sociedade do conhecimento digital.

As tecnologias da informação e comunicação chegaram com força total em todos os setores da sociedade, mas muitas questões ainda se antepõem à inclusão digital. Por isso, frente às possibilidades de gestão do conhecimento que as tecnologias da informação e da comunicação oferecem, deve-se percebê-la, também como fenômeno econômico e político, pois a possibilidade dessas novas tecnologias aumentarem o fosso da desigualdade social existente nos dias de hoje em grande escala, é real.

Diante disso, está se buscando, com urgência, a promoção de ações para combater as desigualdades sociais, ações estas que busquem solucionar essa exclusão social. Espera-se que o Estado, assuma a responsabilidade de participar do desenvolvimento deste

---

<sup>3</sup> Dados da Cartilha de Montagem dos Telecentros – out/2011. Disponível em: <http://www.inclusaodigital.gov.br/telecentros>

<sup>4</sup> Dados disponíveis no site: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado em: março de 2012.

novo cidadão, oportunizando-lhe mais do que o simples acesso digital, mas, principalmente garantindo-lhe este acesso com qualidade.

Nesse contexto, os Telecentros estão se inserindo ainda mais nos municípios por apresentarem programas que objetivam levar a inclusão digital para as redes públicas de ensino. Assim sendo, as novas tecnologias são abordadas como um agente ativo na sociedade, que podem gerar alterações no comportamento humano, pois ao longo da vida, os indivíduos passam por processos de aprendizagem e por fatores importantes que se relacionam com os atos de conhecimento, aprendizado e convivência. A partir dessas premissas, considerando a presença da tecnologia nos diversos âmbitos da sociedade como realidade iminente, não se pode deixar de mencionar a relação que existe entre seu uso e a necessidade do contexto social, o que traz para nós a necessidade de realizar este estudo.

Pode-se dizer que a inclusão digital é algo bem maior e mais significativo do que, simplesmente, saber usar a tecnologia digital, é a alfabetização digital, algo que transcendem vários limites do conhecimento em si, uma vez que habilita o indivíduo ao letramento digital. Assim a exclusão digital, pode ser caracterizada pela dificuldade do indivíduo usar o computador para acessar a internet e ser beneficiado pelas facilidades que o mundo digital pode oferecer. É por isso que hoje em dia é necessária uma política que possibilite que todas as escolas públicas possam levar a seus alunos o conhecimento de informática e demais tecnologias de comunicação.

Partindo desta proposição e da importância do debate sobre a inclusão digital, realizou-se uma pesquisa de campo com usuários, alunos ou não, do Telecentro comunitário instalado no município de Boa Ventura – Paraíba, a fim de averiguar se o espaço tem contribuído para a inclusão digital no referido município.

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

- Investigar se o Telecentro Comunitário instalado em Boa Ventura-PB promove ações de inclusão digital, tanto para a comunidade escolar, como também para os diversos grupos sociais que freqüentam este espaço.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- Avaliar a eficácia do Telecentro no referido município;
- Mostrar a prática educativa realizada nesses espaços de inclusão digital;
- Mapear suas ações e o alcance social das mesmas.



## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Acesso a sociedade de informação: a dialética da inclusão social à inclusão digital

A disseminação das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) demonstra que a escola, nesse novo contexto, não é mais o centro do conhecimento e do saber. Demonstra também, que muitos brasileiros ainda estão à margem desta sociedade digital.

Em termos gerais, podemos dizer que a Inclusão digital é o processo de democratização do acesso às tecnologias da informação, de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação. Quando se inclui alguém digitalmente não é apenas quando a pessoa passa a se utilizar dessa nova linguagem virtual, que é o mundo digital que serve para trocar e-mails, mas também aquele que usufrui desse suporte para melhorar as condições de vida. Nesse sentido, Xavier (2008), reforça que há um,

Crescente aumento na utilização das novas ferramentas tecnológicas (computador, Internet, cartão magnético, caixa eletrônico etc.) na vida social tem exigido dos cidadãos a aprendizagem de comportamentos e raciocínios específicos. Por essa razão, alguns estudiosos começam a falar no surgimento de um novo tipo, paradigma ou modalidade de letramento, que têm chamado de letramento digital (XAVIER, 2008, p.01).

Neste contexto, observa-se que o Brasil começou tardiamente a implantar políticas de inclusão digital, segundo Falavigna (2011, p.19) “Podemos considerar que o debate sobre inclusão digital aliado à elaboração das primeiras políticas públicas para o setor tem seu início entre julho de 2000 e julho de 2001”.

Será por isso, talvez, que a terminologia “Inclusão Digital”, não possui o consenso entre os pesquisadores, alguns a definem como “Letramento Digital”, para outros “Cidadania Digital”. Há ainda os que conceituam a inclusão digital como: “os conhecimentos necessários para utilizar com um mínimo de proficiência os recursos de informática e de telecomunicações existentes e dispor de acesso físico regular a esses recursos” (CABRAL, 2004, apud BATISTA, 2006, p.24).

Por isso, ao estudar o termo de inclusão digital hoje na sociedade contemporânea deve-se observar bem a linha cronológica do desenvolvimento na tecnologia e responder às indagações como o que de fato é avanço e o que é retrocesso, e ainda o que muda e o que permanece no atual contexto digital.

Na concepção de Young (2006) a inclusão digital pode ser considerada como:

A aprendizagem necessária ao indivíduo para interagir no mundo das mídias digitais, podendo não apenas saber onde encontrar a informação, mas também qualificá-la e torná-la útil para seu dia-a-dia. Estamos falando, então, de agregar às habilidades fundamentais e imprescindíveis de ler e escrever aquelas de lidar com a mídia eletrônica – conectar-se em rede, realizar pesquisas, executar tarefas rotineiras por computador (pagar contas, por exemplo) etc (YOUNG, 2006, p.97).

Em relação à conceituação do termo inclusão digital, Silva et. al.(2005) esclarece:

Dado que inclusão digital é parte do fenômeno informação, no contexto da chamada sociedade da informação, pode ser observada pela ótica da ciência da informação. Neste sentido, entende-se, como ponto de partida do conceito de inclusão digital, o acesso à informação que está nos meios digitais e, como ponto de chegada, a assimilação da informação e sua reelaboração em novo conhecimento, tendo como consequência desejável a melhoria da qualidade de vida das pessoas (SILVA et.al., 2005, p.30).

Independente da conceituação do que é inclusão digital, a verdade que não podemos viver hoje a margem da sociedade da informação e dos recursos tecnológicos, e das possibilidades por eles oferecidos, pois precisamos saber explorar essa tecnologia como forma de gerir o conhecimento.

Neste contexto, devemos ter um olhar para o futuro, sob pena de cometermos os mesmos erros do passado, que permitiram a algumas comunidades mais possibilidades de evolução em detrimento de outras. A sociedade burguesa não aboliu os antagonismos de classes, de tal modo, que os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, sobretudo, os mais pobres, estão perdendo o que a informação pode oferecer, por não possuírem os meios necessários, como, computadores e laboratórios, e os recursos apropriados, internet rápida, telecomunicações em excelente estado, etc.

Logo, para que esse fosso social não distancie ainda mais, necessário se faz a adoção de políticas públicas visando à inclusão social e digital no Brasil.

## **2.2 Política social e política pública de inclusão digital no Brasil**

O termo política pública é bem amplo, pois além de envolver a legislação e as diretrizes para execução das ações governamentais, estas políticas têm consequências diretas sob a sociedade. As políticas públicas não são apenas políticas estatais, governamentais, direcionadas a área da saúde, educação e cultura.

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002, p.02).

Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas apenas as ações estatais, governamentais, políticas estatais. Todavia, Teixeira (2002, p.03) esclarece que um dos objetivos das políticas públicas é justamente “responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis”.

A política social é, portanto, de acordo com Faleiros (1986 *apud* BEHRING, 2006, p.19) “Um resultado que envolve mediações complexas - sócio-econômicas, políticas, culturais, e sujeitos políticos / forças sociais/ classes sociais que se movimentam e disputam hegemonia nas esferas estatal, pública e privada”.

No Brasil, de acordo com o relatório “Brasil em Desenvolvimento: Estado, Planejamento e Políticas Públicas”, publicado no ano de 2012, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, e organizado por Cardoso Jr., a adoção de políticas públicas é condição indispensável a qualquer projeto de desenvolvimento, devendo, portanto, garantir aos cidadãos a promoção e proteção social visando a geração de oportunidades de inclusão. Segundo Cardoso Jr (2009, p.45), nesse contexto,

São evidentes as transformações pelas quais passou o mundo no fim do século XX e que resultaram em cenários econômicos, social, político e cultural completamente novos. Uma das transformações mais relevantes diz respeito ao papel da tecnologia como motor do crescimento econômico e uma das explicações para as diferenças nas taxas de crescimento e nos níveis de renda entre os países.

Mas, a utilização das tecnologias em setores como a educação, por exemplo, ainda é um tema desafiador. A complexidade se dá exatamente porque envolve a formação docente frente aos recursos tecnológicos e sua importância na mediação da aprendizagem. Nesse sentido, muitas questões se antepõem à inclusão digital.

O acesso a inclusão digital hoje no Brasil está presente em todo o país, tanto através dos órgãos governamentais, como em parceria com a iniciativa privada. Dentre os programas de inclusão destaca-se o PROINFO - Programa Nacional de Tecnologia Educacional, do Ministério da Educação, o GESAC – Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão, e o TELECENTROSBR - Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades.

De acordo com informações veiculadas no site do Ministério da Educação<sup>5</sup>, o ProInfo - Programa Nacional de Tecnologia Educacional, do Ministério da Educação, “É um programa educacional com o objetivo de promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica”. A instalação de laboratórios de inclusão digital do ProInfo são realizados em parcerias com os estados e municípios, os quais tem por obrigação a garantia da estrutura para instalação dos laboratórios e a capacitação dos educadores.

O ProInfo funciona desde o ano de 1997, e os cursos são direcionados a professores das escolas públicas brasileiras e aos funcionários que atuam nos laboratórios instalados nas escolas, tanto na zona rural quanto urbana do país. Desde sua implantação o programa já atendeu mais de 24 milhões de estudantes das escolas públicas, conforme informações do site do Ministério da Educação-MEC.

O GESAC, Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão, existe desde o ano de 2002, é um programa coordenado pelo Ministério das Comunicações, cujo objetivo é “oferecer conexão de internet via satélite e terrestre à telecentros, visando a promoção da inclusão digital em todo o território brasileiro”<sup>6</sup>. O programa tem abrangência nacional e de acordo com a ONID, possui atualmente 3.665 telecentros em todo o Brasil.

Outro programa governamental para inclusão digital é o TelecentrosBR, que consiste na implantação de espaços públicos comunitários de inclusão digital em todo território nacional. Este programa faz parte das ações do governo federal para democratização das tecnologias da informação, disponíveis no Documento Propositivo do Programa, versão 2010<sup>7</sup>. Os TelecentrosBr, de acordo com a Cartilha de Montagem de Telecentros (2011, p.03) são:

Telecentros públicos e comunitários são espaços que proporcionam acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação, com computadores conectados à internet, disponíveis para múltiplos usos, incluindo navegação livre e assistida, cursos e outras atividades de promoção do desenvolvimento local em suas diversas dimensões. São, portanto, espaços de uso coletivo onde se realizam atividades mediadas pelas tecnologias da informação e comunicação, com o objetivo de promover a inclusão digital e social das comunidades atendidas.

---

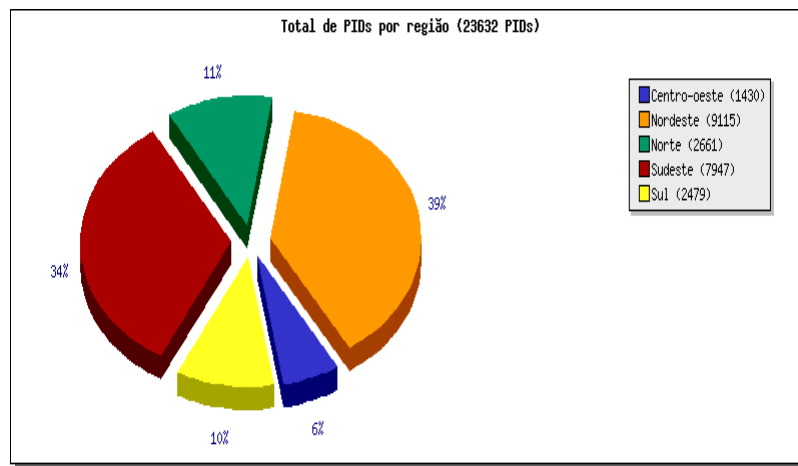
<sup>5</sup> Mais informações no site: <http://portal.mec.gov.br>.

<sup>6</sup> Informações disponíveis no site: <http://www.gesac.gov.br/>

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.inclusaodigital.gov.br/telecentros/documentos/documento\\_propositivo.pdf](http://www.inclusaodigital.gov.br/telecentros/documentos/documento_propositivo.pdf).  
Acessado em: março de 2011.

Com base nos indicadores do Mapa da Inclusão Digital (MID) disponível no site do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT<sup>8</sup>, que aponta projetos e programas desenvolvidos no Brasil de inclusão digital, percebe-se que os índices de acesso as novas tecnologias no país ainda são incipientes, conforme se verifica no mapa abaixo.

FIGURA 1  
Mapa da Inclusão Digital com indicativos por região brasileira  
Ano Base - 2007/2008<sup>9</sup>



Fonte: [http://inclusao.ibict.br/mid/mid\\_estatisticas.php](http://inclusao.ibict.br/mid/mid_estatisticas.php). Acessado em: março de 2012.

As políticas públicas e sociais visam justamente garantir o acesso aos bens culturais e sociais aos cidadãos, nesta perspectiva o Brasil, mesmo implantando projetos de inclusão em parceria com as iniciativas privadas e organizações não-governamentais ainda apresenta índices muito baixos em relação a outros países latinos americanos. Nesse sentido, precisamos refletir sobre a importância de trabalhar o conhecimento na escola, hoje, é urgente e desafiador, posto que a escola não possa estar à margem do desenvolvimento social e intelectual que exige de cada um de nós a capacidade de captar, registrar, organizar e disseminar o conhecimento e a necessidade da parceria com a sociedade.

<sup>8</sup> IBICT- <http://www.ibict.br/>

<sup>9</sup> Não encontramos mapa e gráficos com dados atualizados da inclusão digital no Brasil (N.A).

### 2.3 A inclusão digital na escola e na sociedade

A escola encontra-se na atualidade atravessada pelos eixos do poder e do saber, uma vez que a mesma é um produto do processo de modernização, e como tal, sempre esteve submetida à tensão entre as necessidades da integração social e as exigências do desenvolvimento pessoal, assegura Tedesco (2002). A instituição escolar se pergunta hoje qual sua finalidade nesse panorama de globalização e como deve orientar suas ações nesse processo de profundas transformações sociais.

De acordo com Moran (2004) em artigo sobre “os novos espaços do educador com a tecnologia”, diz que: “O cinema, o rádio, a televisão trouxeram desafios, novos conteúdos, histórias, linguagens. Esperavam-se muitas mudanças na educação, mas as mídias sempre foram incorporadas marginalmente” (p.3). Contudo, novas mídias surgiram e a educação ainda convive com os mesmos problemas escolas com equipamentos ultrapassados diante dos avanços, ou ainda pior, obsoletos por falta de uso. Não que essa seja uma regra comum a todas as escolas, mas, há muitas delas.

Mas, de acordo com Bonilla (2005), a inclusão digital ora aparece com o objetivo principal de programas de disseminação das TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação - nas Escolas, ora como um subproduto das influências, com isso os alunos ganham ao usar computador e internet.

Como se pode perceber, a cultura digital não é considerada como parte integrante dos processos pedagógicos e das aprendizagens dos alunos, infelizmente ainda existe uma desarticulação entre escolas e a sociedade civil.

Segundo Warschauer (2006.p.21), para a proporção do acesso significativo as novas tecnologias, o conteúdo, a língua, o letramento, a educação e as estruturas comunitárias institucionais, todos devem ser levados em consideração. Em vista disso, considera-se a escola como o primeiro local e natural dos processos de inclusão digital, neste caso pode ocorrer à formação da cultura digital, uma vez que ela se constitui em espaço de inserção dos jovens na cultura de seu tempo e este tempo está nos processos digitais.

Verifica-se facilmente pela análise acima que a educação digital ainda não é considerada como sendo parte das aprendizagens dos alunos nas escolas públicas, em vista disso, considera-se que a escola no processo de formação tecnológica ainda é muito frágil.

A eficácia das políticas de inclusão digital só podem ser medidas se forem ferramenta também de inclusão social, permitindo ao cidadão e a conquista de espaços de

desenvolvimento econômico e social. Em termos gerais, o papel destas políticas pode ser mais bem avaliado a partir do seu impacto nos municípios brasileiros.

No Brasil, de acordo com o Mapa da Inclusão Digital, são quase 20 mil pontos instalados pelo país. A região Nordeste aparece na pesquisa com 35% deste percentual, à frente, inclusive, da região Sudeste que tem 34%. Dos estados nordestinos, a Paraíba, dispõe de 644 pontos de inclusão, dois dos quais estão instalados no município de Boa Ventura.

#### 2.4 A inclusão digital na escola pública no município de Boa Ventura

A Vila de São Boa Ventura foi fundada em 29 de dezembro de 1773, a pequena cidade teve sua emancipação política em 1º de dezembro de 1961 onde recebeu o nome de Boa Ventura<sup>10</sup>. Ela fica localizada no alto sertão do estado paraibano a 430 km da capital, João Pessoa. O município dispõe de uma área territorial de 170, 579 km, e possui atualmente uma população estimada em 5.751 habitantes, de acordo com o Censo de 2010 realizado pelo IBGE. A população local sobrevive basicamente da agricultura.

De acordo com os dados coletados pelo Censo Educacional, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, relativos ao ano letivo de 2010, o município de Boa Ventura conta com 17 escolas municipais em funcionamento, das quais três estão instaladas na zona urbana e 14 na zona rural. A escolas estaduais são num total de quatro, sendo 3 urbanas e 1 na zona rural. Das quais 17 escolas são municipais, duas destas instaladas na zona urbana e, 15 escolas estaduais.

O Quadro I a seguir apresenta a distribuição de matrículas no município de Boa Ventura, por nível de ensino no ano de 2010.

Quadro I - Distribuição de matrículas no município de Boa Ventura

<b>NÍVEL DE ENSINO ANO</b>	<b>MATRÍCULAS 2010</b>
Creche	35
Pré-Escola	132
Ensino Fundamental I	622
Ensino Fundamental II	464

**FONTE:** MEC/INEP (2010) Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. Acessado em: março/2012.

<sup>10</sup> Revista Fazendo História. Boa Ventura, 2005.

Os pontos de inclusão digital instalados no município de Boa Ventura funcionam nas escolas públicas do Município. A Prefeitura Municipal de Boa Ventura vem tentando atender ao plano de inclusão digital, desde janeiro de 2006, haja vista ter implantado o Telecentro municipal, que integra as políticas públicas da Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Urbana do Governo Federal, com o objetivo de promover a inclusão digital daqueles que não possuem o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, e contribuir significativamente com a população, inclusive com a possibilidade de retirar os jovens deste município das ruas e da ociosidade.

O pólo de inclusão digital está instalado na Escola Aderson Henriques Chaves, localizada na Rua Arthur Guimarães, no centro da cidade, ela possui um laboratório completo com 20 computadores, onde seu alunado assiste durante os dias letivos escolares, à aula de informática, com professores capacitados para trabalhar com esses alunos que querem aprender a usar a tecnologia.

O Telecentro possui 10 computadores com conexão a internet, mesas para os computadores e cadeiras. A gestão tecnológica do Telecentro é de responsabilidade do sistema positivo. A plataforma tecnológica que atende ao Telecentro é sustentada pelo software livre, com a instalação do Linux nos computadores como sistema operacional, o browser Mozilla e os aplicativos do pacote open Office estão inseridos. A transmissão dos dados via internet, é efetivada através da fibra, em banda larga. Esse ambiente de aprendizagem é coordenado por dois monitores, sendo um deles o coordenador local do projeto.

O público atendido pelo Telecentro é composto, expressivamente, por jovens na faixa etária de 14 anos, oriundos das escolas do município, como também por diversas pessoas da comunidade na faixa etária até 45 anos. O Telecentro funciona apenas de segunda à sexta-feira, nos seguintes horários das 08:00h às 12:00h, das 14:00 às 21:00h.

O programa trabalha a partir do princípio de que o uso do computador e da internet, pode contribuir para a inclusão social, pois permite que pessoas excluídas socialmente possam vislumbrar um futuro com mais perspectivas e oportunidades a partir do acesso às modernas tecnologias digitais existentes atualmente.



### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tem como referenciais metodológicos, a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e, por fim, a pesquisa de campo, cujo objeto de estudo é a eficácia do telecentro comunitário instalado no município de Boa Ventura, na Paraíba.

O objetivo principal da pesquisa foi investigar se o Telecentro Comunitário instalado em Boa Ventura-PB promove ações de inclusão digital, tanto para a comunidade escolar, como também para os diversos grupos sociais que freqüentam este espaço.

Essa amostra foi composta por 19 pessoas, a saber: 8 (oito) alunos de escolas municipais que freqüentam o Telecentro, 1 (um) coordenador do Telecentro e ainda com 5 (cinco) membros da comunidade que freqüentam o Telecentro, e 5 (cinco) membros da comunidade que não freqüentam o Telecentro.

A partir dessa fase foi realizada uma pesquisa de campo por meio de questionário semi-estruturado com base em perguntas que buscavam entender o real valor da inclusão social para estas pessoas, ela consistiu em questões que deviam ser respondidas por escrito com a presença do pesquisador, o que permitirá uma melhor análise dos componentes estudados.

Os primeiros contatos aconteceram a partir da observação do funcionamento desse ambiente de inclusão digital. Em seguida, foi aplicado primeiramente o questionário com os freqüentadores do Telecentro, cujo propósito era coletar a percepção dos mesmos sobre a inclusão social. Este grupo é formado por 13 pessoas na faixa etária de 14 a 45 anos.

A coleta de dados da pesquisa em questão se dá por meio de questionário (em anexo), composto por 05 questões, com a finalidade de obter o perfil do entrevistado, identificando faixa etária e grau de escolaridade, e em seguida apresentar questões referentes ao telecentro instalado no município de Boa Ventura. As questões possibilitam respostas abertas, com o intuito de mapear o alcance deste ponto de inclusão na vida do entrevistado. Para tanto, as perguntas foram direcionadas: a educação inclusiva digital praticada no telecentro de Boa Ventura; os benefícios sociais e culturais na vida dos cidadãos de Boa Ventura; modificações quanto a Educação, mercado de trabalho e igualdade social na vida dos entrevistados; a qualidade do serviço oferecido e do espaço físico do telecentro. A opção em abordar estes cinco aspectos, se deu em virtude de oferecer uma compreensão qualitativa do papel do telecentro na vida dos entrevistados e da comunidade no qual está instalado.

#### 4. RESULTADOS

Neste capítulo veremos a análise e discussão das respostas coletadas nos questionários aplicados com freqüentadores e não freqüentadores do telecentro comunitário do município de Boa Ventura-PB, seguido de comentários feitos em relação às opiniões dos entrevistados. A análise, assim como as discussões das respostas são realizadas com base no referencial teórico desenvolvidos no capítulo II.

Assim, com base nesses pressupostos foi perguntado aos entrevistados: Como você avalia a educação inclusiva digital praticada no Telecentro de Boa Ventura? Para os alunos que freqüentam o Telecentro este espaço a inclusão é satisfatória. Esta satisfação é percebida na fala dos respondentes:

“Os computadores são de boa qualidade e já tenho aprendido muito aqui” (M.R, 16 anos).

“Participar do telecentro me ajuda muito na escola, nas matérias mais difíceis” (J.C, 16 anos).

“No telecentro tenho acesso a internet, e isso é muito bom” (M., 15 anos).

“Nesta escola além de aprender a usar o computador, posso usar a internet e digitar textos, isso foi muito bom para minha vida” (S.S, 19 anos)

De acordo com as falas dos entrevistados, fica evidenciado que o público que freqüenta o Telecentro em Boa Ventura considera que a educação inclusiva digital praticada naquele espaço é de boa qualidade. Este grupo também demonstrou estar satisfeito com as atividades realizadas. Portanto, percebe-se que está sendo desenvolvido um bom trabalho.

A mesma pergunta foi direcionada aos não freqüentadores do telecentro, num total de 10 entrevistados, na faixa etária entre 14 e 45 anos. Segundo os não freqüentadores:

“Já ouvi falar do telecentro, mas ainda não fui me matricular em nenhum curso” (P.J, 35 anos).

“Meu filho está indo pra esta escola, e aprendeu muita coisa, a usar o computador” (M.J, 33 anos).

Em síntese, os integrantes do grupo de não freqüentadores afirmam conhecer o espaço e ouviram comentários de que no referido local realmente está se aprendendo algo novo, e se mostraram bastantes curiosos em freqüentar aquele espaço, pois acham que lá já conseguiu fazer com que pessoas pobres pudessem utilizar o computador gratuitamente.

Ora, se consideramos que os cidadãos devem participar dos projetos de inclusão digital, pelos benefícios que proporcionam ao desenvolvimento social e cultural,

então perguntamos aos entrevistados: Você acha que o projeto do Telecentro com a inclusão digital trouxe algum ganho para os cidadãos boaventurenses nos campos sociais e culturais?

Segundo o grupo que frequenta o telecentro, há sim melhoria nas suas vidas, pelos seguintes motivos:

“As pessoas carentes, que não tem condição de ter um computador em casa, agora tem acesso a internet” (M.R, 16 anos).

“Aqui tive a oportunidade de usar pela primeira vez um computador. Ainda tenho dificuldade, mas já penso em comprar um, pois posso ler as notícias de todo o estado” (S.S, 32 anos).

Pelas falas coletadas nos questionários, percebeu-se que as pessoas frequentadoras do Telecentro entendem que houve mudanças para melhor uma vez que o programa é acessível a pessoas carentes, de baixa renda, que não possui recursos próprios para usufruir dos benefícios que o mundo digital oferece.

A mesma pergunta foi direcionada aos não frequentadores, os quais declararam que mesmo sem participar do telecentro, percebem mudanças nos alunos.

“Minha vizinha depois que fez o curso se animou e comprou um computador, ela usa o Orkut” (P.J, 35 anos).

“Trouxe ganho sim. O menino do sindicato agora leva as listas de presença digitadas pras reuniões” (M.V, 25 anos).

Analisando “O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade”, Teixeira (2002) destaca entre outros objetivos, a promoção do desenvolvimento dos cidadãos “criando alternativas de geração de emprego e renda”. Nessa perspectiva, perguntamos aos entrevistados: “Considerando os aspectos apontados, como Educação, Mercado de Trabalho e igualdade social, qual deles modificou sua vida de forma significativa?”

Na visão dos frequentadores do telecentro de Boa Ventura, a oportunidade de frequentar este espaço permitiu a entrada no mercado de trabalho e mais participação na escola, conforme destaca alguns dos entrevistados:

“Depois que fiz o curso no telecentro, consegui meu primeiro trabalho, foi no mercadinho, como caixa” (S.S, 19 anos).

“O telecentro me ajuda muito na escola, nas matérias mais difíceis” (J.C, 16 anos).

Os dados da pesquisa revelam que a maioria dos entrevistados conseguiu entrar no mercado de trabalho com um pouco mais de facilidade após frequentarem e usarem o

projeto, uma pequena parcela passou a ter uma maior participação na sociedade como um todo, depois que descobriram essas novas ferramentas digitais.

Os não freqüentadores do telecentro também reconhecem que o espaço permitiu a entrada no mercado de trabalho.

“Meu filho fez o curso no telecentro e conseguiu arrumar um emprego no mercadinho” (M.J, 33 anos).

“Eu e outras pessoas quando precisamos de alguma coisa que use o computador vamos no telecentro e o professor ou um aluno ajuda, isso é muito importante” (J.P, 45 anos).

De acordo com a Cartilha de Montagem dos Telecentros (BRASIL, 2011) dentre as condições para instalação dos Pontos de Inclusão Digital exige-se um espaço físico em condições de funcionamento, mobiliário e computadores com conexão à internet em banda larga. Por isso, perguntamos aos entrevistados “Que qualidade você atribui a prática educativa digital realizada no Telecentro, considerando a educação em si e os aspectos físicos do espaço utilizado?”

Constatou-se que a maioria dos os entrevistados considera a prática educativa digital e o espaço do Telecentro como sendo excelente, porém apenas uma pequena parte considera que a educação digital oferecida lá é boa ou regular, saliente-se que nenhum dos entrevistados respondeu que era ruim ou péssima.

“Os computadores são bons, só a internet que fica lenta às vezes. O professor também é atencioso e sempre tira as dúvidas” (J.C, 16 anos).

“Eu freqüento o telecentro a noite e mesmo cansado do trabalho, aproveito bastante as instruções do professor, os computadores são bons, é tudo organizado” (S.S, 19 anos).

A impressão geral dos não freqüentadores do telecentro de Boa Ventura, é de que o espaço é limpo e organizado. Os computadores sempre funcionam.

“As vezes que passo no telecentro está sempre funcionando” (J.P, 45 anos).

“Lá é organizado, os computadores são limpos e o curso é bom” (M.R, 35 anos).

“quem já fez curso lá diz que é muito bom e aprendeu como meu filho” (M.J, 33 anos).

De acordo com os dados analisados, pode se dizer que a educação inclusiva digital de Boa Ventura acontece positivamente, pois assistem tanto a comunidade escolar, quanto os diversos grupos sociais do município, especialmente os que compõem a camada carente da população.

Também entrevistamos o coordenador do telecentro de Boa Ventura, fazendo as mesmas perguntas que foram aplicadas no questionário com os 18 entrevistados. Segundo o mesmo, durante o tempo de funcionamento do espaço digital, os resultados tem sido satisfatórios, inclusive com a inserção de alunos no mercado de trabalho.

“Estou satisfeito com o desempenho do telecentro, porque o projeto no município de Boa Ventura vem dando certo, pois nestes 6 anos de implantação, muitos alunos já passaram por aqui e alguns já mudaram de vida após passarem a usar gratuitamente as ferramentas tecnológicas ali dispostas” (coordenador do Telecentro de Boa Ventura-PB).

Deste modo, com a instalação do Telecentro, percebeu-se que a sociedade boaventurenses pôde iniciar um processo de transformação e de luta pelo exercício da cidadania, fato este que mesmo de forma mínima, está contribuindo para que mais cidadãos sejam incluídos socialmente.

#### 4. CONCLUSÕES

O estudo em questão revelou que as Políticas Públicas de Inclusão Digital na figura do Projeto do Telecentro de Boa Ventura possuem grande importância e proveito para a comunidade escolar, como também para os diversos sujeitos que fazem parte da sociedade.

O Telecentro proporcionou à população boaventureense a aquisição de conhecimentos relativos às novas tecnologias da informação, esse fato provocou um melhor desempenho escolar nos alunos e um melhoramento, ainda que pequeno nas condições de vida do público que participa deste programa, inclusive o de baixa renda, que não possui recursos próprios para usufruir desses benefícios que o mundo digital oferece.

A apropriação de dados e informações, obtidas através da pesquisa bibliográfica e de observação direta da realidade, expostos neste artigo, buscou analisar, de um modo geral inclusão digital no território brasileiro, e em particular no município de Boa Ventura, com foco no projeto Telecentro, revelou que o processo, mesmo que incipiente no município mostra uma experiência positiva, que carece ser expandida para cumprir seus objetivos.

Acredita-se que a informação é o ponto de partida para uma ação ou decisão. Pensar numa sociedade justa, humana e menos vulnerável, requer necessariamente que continue acontecendo mudanças para que se extingam as desigualdades sociais. Sendo assim, se fazem ainda mais necessários, investimentos por parte do poder público, e ações concretas de envolvimento da sociedade civil em iniciativas que promovam a inclusão digital da população, uma vez que a mesma é peça fundamental para retirar da exclusão, grande parcela considerável da sociedade, especialmente nas pequenas cidades como Boa Ventura.

## 5. REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Sofia Galvão. **A inclusão digital**: programas governamentais e o profissional da informação – reflexões. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 23-30, abr./set. 2006. Disponível em: revista. ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/22. Acessado em: março/2012.

BEHRING, Elaine R; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. Biblioteca Básica 2 v. São Paulo: Cortez, 2006.

BONILLA, M. Helena Silveira. **Tecnologia e nova educação**. Salvador: EDUFBA, 2005, p. 216-230.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA. **Decreto de numero 6.300, de 12 de Dezembro de 2007**. Dispõe sobre o programa nacional de tecnologia educacional- proinfo.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades**. Disponível em: <http://www.inclusaodigital.gov.br/links-outros-programas/programa-nacional-de-apoio-a-inclusao-digital-nas-comunidades-telecentros.br/>. Acesso em: março/2012.

\_\_\_\_\_. TelecentrosBr. **Cartilha de Montagem de Telecentros**. Brasília, Outubro de 2011. Disponível em: [www.inclusaodigital.gov.br/telecentros](http://www.inclusaodigital.gov.br/telecentros). Acessado em: março/2012.

CARDOSO JR. **Brasil em desenvolvimento**: Estado, planejamento e políticas públicas. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2009. 3 v. : gráfs., tabs. – (Brasil: o estado de uma nação).

FALAVIGNA, Maurício S. **Inclusão digital**: vivências brasileiras. São Paulo: IPSO - Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2011.

IBGE. Pesquisas e Indicadores. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=250210>. Acessados em: março/2012.

INEP. Censo educacional. Ano base 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basicacenso-escolar-matricula>. Acesso em: março/2012.

MORAN, J.Manuel. Os novos espaços de atuação do professor com as tecnologias. **Revista Diálogo Educacional**. V. 4, n. 12, p. 13–21, Mai.Ago./2004.

ONID, Observatório Nacional de Inclusão Digital. Mapa da Inclusão Digital. Disponível em: <http://www.onid.org.br/mapa/>. Acesso em: março/2012.

REVISTA. Fazendo historia: Boa Ventura 44 anos de história. Edição comemorativa. 2005.

SILVA, Helena; JAMBEIRO, Othon; LIMA, Jussara; BRANDÃO, M. Antônio. **Inclusão digital e educação para a competência informacional**: uma questão de ética e cidadania. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 34, n. 1, p.28-36, jan./abr. 2005. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a04v34n1.pdf). Acessado em: março/2012.

TEDESCO, J.C. **O novo pacto educativo**: educação, competitividade e cidadania na Sociedade moderna. São Paulo: Ática, 2002.

TEIXEIRA, E. Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Bahia: Cadernos da AATR, 2002. Disponível em: [www.aatr.org.br](http://www.aatr.org.br). Acessado em: março/2012.

WASCHAUER, J. Silva. **Revista carta ao leitor**. As políticas públicas: São Paulo, 2010.

XAVIER, A. C. dos Santos. **Letramento Digital e Ensino**. Disponível em <http://www.ufpe.br/nehte/artigos/Letramento%20digital%20e%20ensino.pdf> . Acesso em março/2012.

YOUNG, Ricardo. **A inclusão digital e as metas do milênio**. Inclusão Social, Brasília, v. 1, n. 2, p. 96-99, abr./set. 2006. Disponível em: [revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/34/56](http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/view/34/56). Acessado em: março/2012.



**ANEXO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL  
ALUNO (A): MURILLO ALVARENGA DUARTE

O presente questionário possui o objetivo de coletar informações sobre a educação digital no Telecentro de Boa Ventura, visando averiguar sua contribuição para a comunidade escolar e para os diversos grupos sociais que freqüentam este espaço.

1. Idade: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_
2. Como você avalia a educação inclusiva digital praticada no Telecentro de Boa Ventura?
3. Você acha que o projeto do Telecentro com a inclusão digital trouxe algum ganho para os cidadãos boaventurenses nos campos sociais e culturais?
4. Considerando os aspectos apontados, como Educação, Mercado de Trabalho e igualdade social, qual deles modificou sua vida de forma significativa?
5. Que qualidade você atribui a prática educativa digital realizada no Telecentro, considerando a educação em si e os aspectos físicos do espaço utilizado?